

O submarino de propulsão nuclear e estratégia do poder nacional

Fernanda das Graças Corrêa¹

fernanda.das.gracas@bol.com.br

Este trabalho constitui uma análise histórica comparada do submarino de propulsão nuclear e a estratégia do poder nacional em diferentes momentos históricos e concepções conceituais e teóricas realistas na década 70 e no século XXI. A análise será desenvolvida por meio de percepções, sendo assim, se trabalhará como o Estado brasileiro percebia o submarino de propulsão nuclear durante o Governo de Ernesto Geisel e como o Estado brasileiro percebe este mesmo submarino durante o Governo Lula a partir do 11 de Setembro. A intenção com este texto não é estipular cenários ou previsões. Embora trabalhe com o Tempo Presente, a abordagem que será dada a ele será pelo olhar da História Comparada.

O submarino de propulsão nuclear como estratégia do poder nacional

Atualmente, muito se é questionado sobre a construção do submarino de propulsão nuclear, mas pouco se sabe sobre a sua importância para o Estado e menos ainda como o submarino de propulsão nuclear poderia defender os interesses nacionais. Segundo o geopolítico holandês Nicholas J. Spykman em *Los Estados Unidos frente al mundo*, a estratégia é quem define o interesse nacional. Porém, quando se questiona a aplicabilidade deste submarino se reduz o interesse nacional e a própria legitimidade deste Estado.

A importância em se trabalhar um objeto em dois tempos históricos diferentes e próximos está em demonstrar o porquê do submarino de propulsão nuclear ter levado cerca de 40 anos para ser posto novamente em evidência.

¹ Mestranda em História Comparada com ênfase em Relações Internacionais, Segurança e Defesa/ Pró-Defesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gestora do site do Pró-Defesa/ UFRJ. Bolsista pela Capes. Pós-graduanda do curso de especialização em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Graduada em História pela Universidade Gama Filho.

O submarino de propulsão nuclear é um armamento de defesa e um instrumento do poder político a medida que sua aplicabilidade se concentra no seu poder de ocultação. Ele se torna viável para o Estado a medida que pode operar numa profundidade superior a 200 metros, é bem mais veloz que um submarino convencional e pode operar longos meses submersos sem vir a tona.

A idéia de se construir um submarino de propulsão nuclear tem início em meados da década de 70, durante o Governo Geisel (1974/ 1979), e não era ambicionado pela Marinha de Guerra como um interesse prioritário. O interesse da Marinha de Guerra e das empresas que estavam envolvidas na sua concepção era acompanhar as experiências e os projetos alemães como forma de iniciação no campo de utilização da energia nuclear.

Um dos princípios para a ascensão ao status de grande potência é a decisão soberana de promover o próprio desenvolvimento tecnológico.² Desde o Governo do presidente Costa e Silva a orientação da política externa havia sido substituído a perspectiva internacionalista por uma mais nacionalista. Devido ao alinhamento político Brasil-EUA cada vez mais assimétrico, devido ao ressentimento por parte do governo brasileiro pelo cumprimento parcial dos acordos estabelecidos com os EUA, a política externa foi conduzida ao alinhamento de interesses que mais atendessem ao governo brasileiro. Sendo assim, no entender do Estado brasileiro, o distanciamento político com os EUA e a busca por novas parcerias garantiria, por meio do desenvolvimento tecnológico e econômico, ao Brasil o status de potência soberana no sistema internacional realista, ou seja, por meio de uma condução neo-realista, o governo brasileiro se tornaria soberano na anarquia internacional da teoria realista predominante no cenário da Guerra Fria.

No final da década de 60, as negociações em pesquisas científicas e em tecnologias entre a República Federal da Alemanha (RFA) e o Brasil tiveram início. As condições dos acordos bilaterais com a Alemanha se centravam nos fins pacíficos. Embora o Brasil não tivesse assinado o Tratado de Não-Proliferação de Armamento Nuclear, um ano após o Brasil ter firmado o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975), o Governo brasileiro na regência de Ernesto Geisel assina um acordo com a RFA e a Agência Internacional de Energia Atômica restringindo as aplicabilidades da energia

² LOHBAUER, Cristian. Brasil – Alemanha: fase de uma parceria. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000. p.38.

nuclear para fins pacíficos. Era imprescindível para a RFA que não houvesse desentendimentos maiores com os EUA, já que entre outros motivos, eram os EUA que garantiam a sua segurança. Como foi mencionado anteriormente, a preocupação na aplicabilidade da energia nuclear no Brasil estava concentrada no seu carácter experimental. A Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam), Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás) e a Marinha de Guerra se uniram na década de 70, em prol de uma parceria no desenvolvimento de tecnologia nuclear e no conhecimento mais profundo da propulsão nuclear.

As instituições estatais que durante o Governo Geisel se interessaram na propulsão nuclear não percebiam esta como uma prioridade de Estado, mas como uma aplicação futura já que devido a conjuntura nacional impedia a construção de um projeto imediato. Segundo os as entidades estatais envolvidas era um projeto dispendioso e anti-econômico. A Sunamam considerava adequado que o primeiro reator marítimo fosse construído no Brasil e instalado em terra, possivelmente em Angra dos Reis a fim que servisse de motivação e elemento básico na formação de pessoal habilitado em todos os níveis. A Nuclebrás deixa claro que nenhum setor do Governo brasileiro desejava, naquele momento, a propulsão nuclear para a Marinha de Guerra, apenas se interessaria no acompanhamento das experiências e projetos alemães no seu carácter experimental. A Nuclebrás faz menção numa maior reflexão a longo prazo de uma navio auxiliar da Marinha de Guerra usufruindo de propulsão nuclear como navio de pesquisas oceanográficas. Sendo este o primeiro navio nuclear para a Marinha de Guerra. A Marinha de Guerra desde pronto se disponibilizou com a cooperação de pessoal e infra-estrutura, embora acentuasse serem precárias as condições de verbas. A idéia da Marinha de Guerra era instalar um reator de propulsão naval em um dos estabelecimentos ou bases navais, com um aproveitamento energético local, que pudesse manter vivo e consubstanciado o interesse pelo assunto, servindo de base e ensinamento aos técnicos e à experimentação. Em nenhum dessas conversações com o Governo foi posto em evidência ou discussão a utilização de reatores nucleares para fins bélicos. Coube aos alemães sugerirem ao Governo brasileiro a idéia de se construir um submarino de propulsão nuclear nacional, um ano após o fechamento do Acordo Nuclear Brasil – Alemanha.

Dentro de uma estrutura desenvolvimentista e nacionalista, inserida num contexto realista de acordos bilaterais, o Brasil visa e adota durante o Governo Geisel a idéia de se construir um submarino de propulsão nuclear como estratégia do poder

nacional, sendo este interesse, um interesse de Estado. O propósito desta idéia era alcançar para o Brasil, por meio da capacitação tecnológica, o status de potência soberana.

Até o século XX, o conceito de soberania que se era adotado era o de poder político, ou nas palavras de Thomas Hobbes, o poder de impor, mediante a força, determinando comportamentos. Hobbes desenvolve o conceito de soberania estatal, John Locke e Jean-Jacques Rousseau desenvolvem o conceito de soberania popular. Na prática quer dizer que existe uma soberania que se impõe, na visão realista, na mencionada anarquia internacional, e uma outra soberania aplicada àqueles que são representados pelo Estado. Atualmente, o conceito de soberania tem sofrido modificações e tem defendido que para um Estado ser soberano ele precisa (necessariamente) ser legítimo.³ Sendo assim, é a sociedade, nas sociedades democráticas, quem define o que é de interesse nacional, se e como vai apoiar seu Governante para que torne o Estado soberano.

No período de 30 de agosto de 2004 a 17 de setembro de 2004, o Governo brasileiro apresentou e defendeu à Comissão de Limites das Nações Unidas uma proposta de prolongamento da plataforma continental brasileira. Desde a década de 70, o Governo brasileiro vem desenvolvendo idéias, pesquisas e iniciativas com a Marinha de Guerra a fim de coletar dados e mapear cientificamente os solos e subsolos da plataforma continental brasileira. Essa idéia se materializou por completo por meio do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). O LEPLAC é um programa do governo brasileiro criado em 1988, e substituído em 1989, com o propósito de levantar dados marítimos a fim de estender a plataforma continental brasileira para além das 200 milhas marítimas definidas pelo Decreto-Lei nº. 1.098, de 25 de março de 1970, ao alterar os limites do mar territorial do Brasil. “O objetivo do LEPLAC é estabelecer, no seu enfoque jurídico, o limite da Plataforma Continental além do limite das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) –, de conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)”, que foi assinada pelo Brasil, em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de dezembro de 1982 e, posteriormente, ratificada em 22 de dezembro de 1988.”⁴ Com o

³ ONUF, Nicholas G. The republican legacy in international thought. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p 149.

⁴ Decreto nº. 98.145, de 15 de setembro de 1989.

pedido de prolongamento realizado em 2004, o Brasil incorporaria ao território nacional uma área aproximada de 900 mil Km², totalizando uma área de mais de 4 milhões de Km² de extensão territorial. Em 2007, a Comissão de Limites da ONU concedeu ao Brasil o prolongamento de 75 % do que foi pedido.

As relações civis-militares durante a ditadura foram tensas, mas “a transição brasileira à democracia deu-se por vias que implantaram um padrão bastante peculiar nas relações civis-militares”⁵ O processo democrático teve início com os próprios militares. Ao final da abertura lenta, gradual e segura iniciada pelo aparelho militar, as Forças Armadas se encontravam distantes dos interesses dos políticos e da própria sociedade. O governo brasileiro, devido a crise do petróleo, a nova política financeira norte-americana, o endurecimento nas relações Leste-Oeste⁶, e a política interna em fase de transição democrática, realinhou - se politicamente aos EUA, em especial, com o fim da Guerra Fria. O governo brasileiro neoliberal adotado, então, voltou a política internacionalista do Governo de Castello Branco de total apoio aos norte-americanos, reorganizando o estado brasileiro de forma que atendesse mais aos setores industriais internacionais dos que o setores nacionais, limitando a soberania brasileira⁷ por meio de tratados, convenções e acordos internacionais.

O Brasil é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Arma Nuclear desde o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. No mesmo ano, o presidente assinou a ratificação brasileira ao Acordo para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). Os países que fizeram testes atômicos até o dia primeiro de janeiro de 1967 constituem o clube atômico. Após esta data, ficou condicionado o uso de armas nucleares para os países signatários do Tratado de Não – Proliferação o uso da energia nuclear apenas para fins pacíficos, sendo as instalações nucleares inspecionadas por comissões e/ ou organizações internacionais em visitas circunstanciais ou não.

⁵ OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. SOARES, Samuel Alves. Forças Armadas, direção política e formato institucional. D'ARAUJO, M^ª Celina. CASTRO, Celso. (Org.) Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: FGV, 2000. P.99

⁶ LOHBAUER. Op. cit. P. 89.

⁷ Segundo as novas concepções de soberania no cenário nacional e internacional, em especial, a partir do 11 de Setembro, a liberdade é pautada por fins éticos. Diante de um Tratado, a ação do estado passa a ser limitada por um consenso, cujo Estado é participante ativo. O que não quer dizer que diminua ou compartilhe a sua soberania. Todo Estado é livre para renunciar ao acordo. O próprio artigo X do Tratado de Não Proliferação de Arma Nuclear prescreve que cada estado tem o direito de renunciar o Tratado se decidir que “acontecimentos extraordinários” possam pôr em risco os interesses supremos do país.

O Brasil se apresenta como a sexta maior jazida de urânio do mundo e com a possibilidade de obtenção da posição de terceira maior caso haja a homologação da reserva de Pitanga. A exploração de urânio é realizada pelo Governo brasileiro, mas devido as maiores demandas deste minério as empresas privadas esperam que o Congresso Nacional permita que elas possam atuar na exploração, com as atividades de comercialização e enriquecimento continuando sendo monopólio da União. As pesquisas referentes a prospecção de jazidas de urânio no Brasil foram suspensas na década de 80, sendo prospectado apenas 25% do território nacional. “A justificativa para o abandono da prospecção deu-se em razão do fato de que apenas um terço das reservas identificadas seria suficiente para impulsionar cinco usinas do porte de Angra II por mais de 60 anos.”⁸ O fato é que não era de interesse para a política neoliberal norte-americana a continuação da prospecção de urânio brasileiro pelo Brasil, e sendo os EUA membro do clube atômico, o maior detentor de armamento nuclear mundial e o líder na campanha do desarmamento mundial, principalmente, a partir da Guerra Fria, qualquer decisão brasileira contrária aos interesses norte-americanos, nesse momento, poderia ter uma retaliação bem mais séria do que as campanhas político-econômicas ameaçadoras dos presidentes norte-americanos durante o alinhamento do Brasil com países da Europa, em especial a RFA, durante a ditadura militar.

O 11 de Setembro representou para os Estados Unidos um desafio à estabilidade do sistema de segurança nuclear.⁹ Os atentados além de exporem ao mundo as fragilidades do sistema de segurança dos Estados Unidos e uma reformulação de conceitos teórico-metodológicos nas ciências humanas, representaram o início de uma corrida armamentista no mundo a medida que os próprios EUA abandonaram os compromissos nucleares se usufruindo de intervenções militares e ataques preventivos e/ ou preemptivos com ou sem o consentimento das organizações internacionais e dos Estados. A partir do 11 de Setembro, os EUA no combate ao neoterrorismo, e secundariamente, aos totalitarismos, lançaram em política externa a Doutrina de Segurança Estratégica, mais conhecida como Doutrina Bush, e o Desenvolvimento de Novas Capacidades Nucleares, tendo o apoio político e financeiro do Congresso

⁸ PIRES, Adriano. FERNÁNDEZ, Eloi Fernández. BUENO, Julio. Política Energética para o Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.p.315.

⁹ YASSINE, Amena M. Segurança internacional e nuclear no século XXI. Universitas – Relações Internacionais, Brasília. V.2. Nº. 2. Julho/ Dezembro/ 2004. P. 204.

Nacional para desenvolvimento e aprimoramento de novas competências de pesquisas e tecnologias nucleares.

A doutrina da guerra preventiva, que é sua estratégia, embora tenha alcançado audaciosas vitórias a curto prazo, é potencialmente catastrófica para os EUA, assim como para o resto do mundo.¹⁰

Neste contexto, os Estados totalitários deveriam se preocupar. O próprio artigo X, citado anteriormente, do Tratado de Não Proliferação permite que os Estados promovam o seu armamento a medida que não define quais podem ser os “acontecimentos extraordinários” que ameaçam a segurança dos Estado, tornando o texto original deste Tratado vago. Os atentado de 11 de Setembro concederam aos Estados párias os motivos que eles precisavam para se armar, aos países industrializados uma corrida armamentista em nome da insegurança que os EUA causaram no mundo em função da sua nova doutrina ideológica, e aos países em desenvolvimento, a estratégia do poder nacional volta a ser o desenvolvimento tecnológico, diminuindo assim a insegurança nesta anarquia internacional que o mundo se encontra. Dados conclusivos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) referentes ao ano de 2005 apresentam o Brasil em 38º colocação no ranking dos países em termo de competitividade¹¹ estando na América do Sul atrás da Argentina, Chile e Venezuela, e na frente apenas das Filipinas, Turquia, Colômbia, Índia e Indonésia. A imposição neoliberal pela qual passou o Brasil deixou as suas marcas nos setores político-econômicos e estratégicos brasileiros. A busca por capacitação tecnológica representa o fim da interdependência das potências desenvolvidas, o oferecimento de competitividade e o fim das restrições dos acordos internacionais a soberania brasileira, em especial, na sua produção de políticas de defesa.

A partir do 11 de Setembro, o governo brasileiro tem tentado promover uma campanha acelerada de investimento tecnológico resgatando as Forças Armadas e os projetos científicos do isolamento que politicamente e economicamente os impuseram, e

¹⁰ BARBER, Benjamin R. O Império do medo. Rio de Janeiro: Record, 2005. P.63.

¹¹ Segundo a Fiesp, o Brasil projeta elevação para 2006 e 2007. O índice de 2006 ficaria em 20,1 pontos, e em 21, 9 para 2007. Segundo a entidade, a alta seria puxada principalmente pelo aumento das reservas internacionais e da redução das taxas de juros e da inflação. Segundo José Ricardo Roriz Coelho, diretor-geral do Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decontec) da Fiesp, a má posição do Brasil não significa que o País não avança em sua competitividade, e sim, que os outros países o fazem de forma mais acelerada. Fonte: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1174>

aparentemente, tentando se livrar do neoliberalismo para um contexto neo-realista, e tentando diminuir conscientemente as disparidades do quadro sócio-educacional.

O projeto de construção do submarino de propulsão nuclear voltou ao cenário brasileiro com mais objetividade e mais força a medida que na tentativa de se legitimar, o Estado tem tornado públicas as discussões a cerca da sua construção. O prolongamento da plataforma continental brasileira e a divulgação da conclusão do combustível e do reator nucleares, projetos abarcados posteriormente pela Marinha de Guerra na década de 80, vieram a corroborar com a intenção do estado em se tornar uma potência soberana procurando transformar os interesses que antes eram de Estado, para interesses realmente nacionais.

A mentalidade marítima de um povo é a compreensão da essencial dependência do mar para a sobrevivência histórica (da humanidade)¹². Para que essa compreensão aconteça o Governo tem empreendido um esforço conjunto com suas próprias instituições políticas e acadêmicas em busca da independência tecnológica e autonomia com o propósito de se constituir como um Estado potencialmente soberano.

Analisando por meio da história do tempo presente, o historiador é sempre tentado a introduzir a posteriori, no desenrolar da história uma racionalidade, mesmo que ela não exista¹³. Mesmo que não se possa fazer especulações sobre o futuro da construção do submarino de propulsão nuclear, ele se propõe a ser um objeto de uma construção político-histórica de suma importância para a conclusão experimental do projeto lançado na década de 70 a fim de alcançar a capacitação tecnológica tão necessária para a soberania do Estado Brasileiro. Por meio de uma abordagem comparada, busca-se com este trabalho, por meio de seu próprio modo de observar a realidade, a necessidade cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças¹⁴. O submarino de propulsão nuclear é construído num tempo histórico próximo, mas que por circunstâncias político-econômicas teve sua construção interdita, e por outras circunstâncias extremas políticas, econômicas, culturais e sociais personificadas no 11 de Setembro, o fizeram ser resgatado do isolamento que lhe foi cometido atualmente.

¹² VIDIGAL, Armando A. F. Amazônia Azul. Rio de Janeiro: Record, 2006. P. 21.

¹³ RÉMOND, René. O retorno do político. CHAUVEAU, Agnes (Org.) Questões para a História do Tempo Presente. São Paulo: Edusc, 1999. P. 55.

¹⁴ BARROS, José D'assunção. História Comparada – Um Novo Modo de Ver e Fazer a História. Revista de História Comparada. V. 1, Nº 1. Jun./2007.

O submarino de propulsão nuclear brasileiro representará um instrumento do poder político que além de exercer uma maior vigilância e patrulhamento na plataforma continental juridicamente brasileira, permitindo que o Estado possa estar atento no controle e no combate às novas ameaças e irregularidades possíveis, permitirá também que o Brasil seja soberano sem sua jurisdição a medida que demonstre, não só ter capacidade de obter e produzir tecnologia própria, autonomia e qualidade sobre a sua produção, independência na informação e na pesquisa técnico-científica, como também inspirar em seus cidadãos e representados a ética, a moral, a virtude que este Estado brasileiro necessita para ser realmente uma potência soberana. Sendo assim, diminui-se cada vez mais a influência norte-americana, e seus sub-produtos como a trans e multinacionais, na estrutura político-econômica brasileira.

Fontes Primárias:

Decreto nº. 98.145, de 15 de setembro de 1989.

Bibliografia:

BARBER, Benjamin R. *O Império do medo*. Rio de Janeiro: Record, 2005

CHAUVEAU, Agnes (Org.) *Questões para a História do Tempo Presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

D'ARAUJO, M^a Celina. CASTRO, Celso. (Org.) *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

LOHBAUER, Cristian. *Brasil – Alemanha: fase de uma parceria*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

ONUF, Nicholas G. *The republican legacy in international thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

PIRES, Adriano. FERNÁNDEZ, Eloi Fernández. BUENO, Julio. *Política Energética para o Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SPYKMAN, Nicholas J. *Estados Unidos Frente al Mundo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1944.

VIDIGAL, Armando A. F. *Amazônia Azul*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Artigos e Textos da Internet:

BARROS, José D'assunção. *História Comparada – Um Novo Modo de Ver e Fazer a História*. Revista de História Comparada. V. 1, Nº 1. Jun./2007 Disponível em: **<http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br/revistahc/vol1-n1-jun2007/mododever.pdf>**

Matéria publicada no site da Agência Brasileira de Inteligência. Sítio eletrônico: **<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=1174>**

YASSINE, Amena M. *Segurança internacional e nuclear no século XXI*. Universitas – Relações Internacionais, Brasília. V.2. Nº. 2. Julho/ Dezembro/ 2004. Disponível em : **<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/299/266>**